

PENSAMENTO EMPRESARIAL PARA A EDUCAÇÃO: dos seus fundamentos e das consequências políticas e para a formação humana

Prof. Dr. Alessandro de Melo
DEPED/PPGE/UNICENTRO

INTRODUÇÃO

Procura-se fazer uma análise de largo espectro sobre as relações entre o pensamento empresarial, seus fundamentos, e de como este se apresenta como práxis (neo)conservadora, neoliberal e que atinge de forma direta a formação humana, no sentido de torná-la unilateral e pragmática, visando ao processo de adaptação dos indivíduos ao sistema social, que está abertamente em um momento em que a crise estrutural já não se pode esconder.

O pressuposto de toda análise materialista é a de que são as condições materiais que determinam, em última instância, a vida social, e que esta é permeada pela luta de classes. Portanto, tudo o que aqui for dito significa mediações no âmbito das lutas de classes que ocorre no Brasil, e de como esta perpassa o campo educacional. Não tratarei mais disso, mas fica como pressuposto da análise.

Partimos dos fundamentos do pensamento empresarial, que se coloca na ideia funcionalista de sociedade, para, então, localizar a relação entre projeto educativo e relações de classe pela diferenciação dos itinerários educativos. Trata-se também das categorias de cosmopolitismo e performatividade como fundantes de políticas educacionais como a BNCC, que visa formar subjetividades adaptadas para a sobrevivência e para legitimar a sociedade em crise. A via específica da BNCC é a ideia de competências, que institui a política educativa como política de formação unilateral estritamente vinculada ao mercado, à redução curricular a determinados conteúdos e para atender às avaliações em larga escala. Por fim, trata dos processos privatistas na educação, que abrangem ideias diretamente privatizadoras ou, indiretamente, via política curricular e de projetos. Ao final, procura-se trazer alternativa para este cenário.

Fundamentos do pensamento empresarial como pensamento burguês

Sendo bem direto, podemos dizer que o funcionalismo é a religião pagã do capitalismo, ideologia que fundamenta as relações sociais nesta sociedade. Em primeiro lugar, é preciso dizer que os funcionalistas acreditam que, tal como um corpo, a sociedade deve tender à sua autopreservação. Não se trata, portanto, de uma perspectiva transformativa, mas adaptativa, para a qual cada grupo social tem e deve cumprir determinados papéis sociais, sem que tenha a pretensão de modificar o *status quo*.

Logo de início é preciso afirmar que é este tipo de ideia que fundamenta o verdadeiro ódio que se sustenta hoje em dia, sob este governo proto fascista, a todos os movimentos que se articulam na crítica ao sistema, desde as feministas, que criticam e colocam em xeque o patriarcado, passando por movimentos negros, que contestam nossa estrutura racista, até movimentos como o MST e os sindicatos de luta, que contestam, mesmo que sem a radicalidade revolucionária, a estrutura econômica e da propriedade privada. Também sustenta o ódio contra educadores que trabalham na perspectiva transformadora, como Paulo Freire. Ao mesmo tempo é esta a ideologia de movimentos conservadores, como o Movimento Escola Sem Partido, ou os ideólogos neoliberais, que defendem a privatização como forma de colocar o Estado em seu “devido lugar”, ou seja, como Estado mínimo para o social e máximo para o capital.

Do ponto de vista educativo o funcionalismo legitima questões importantes como a diferenciação educativa entre os diferentes grupos sociais, que vivenciam a escolarização de formas totalmente distintas a depender de seu lugar na sociedade (de sua posição de classe fundamentalmente). Legitima também a ideologia de mérito, já que para o funcionalismo parte do princípio que, ao lutar pelo melhor para si, cada indivíduo contribui para o “bem maior” que seria o “desenvolvimento social”.

Outro ponto de vista empresarial sobre a sociedade e educação, é que já teríamos passado do tempo da “luta de classes”, e que, atualmente, os diferentes grupos sociais devem “unir forças” para o desenvolvimento nacional. Assim, para fazer uma pequena “broma”, fica clara a razão do porque os “cidadãos de bem” fazem manifestações aos domingos, já que não querem atrapalhar o bom e “natural” andamento da sociedade, e que os “vagabundos” da classe trabalhadora fazem manifestações nos dias de

semana, com isso “atrapalhando os que querem trabalhar”, ou seja, estes estariam em disfunção social, já que atrapalham o natural funcionamento das coisas.

No âmbito da ideologia burguesa para a educação destaca-se a Teoria do Capital Humano, que, embora seja uma formulação do final dos anos 50, e que esteve em voga plenamente na ditadura militar brasileira, atua em formas contemporâneas, já que está de pé a ideia básica de que é papel dos indivíduos a formação constante de seu capital humano para que se constitua em ser mais produtivo, e como meio de garantir sua própria vida e reprodução pela sua própria responsabilidade. Além do mais, admite-se cada vez mais o tecnicismo da educação, especialmente nas redes municipais, onde há o avanço dos pacotes educacionais das empresas privadas, que colocam o trabalho docente em posição de subordinação em relação a si mesmo. Este também é a ideologia das políticas paranaenses, na conjugação da SEED com a Fundação Lemann, mais preocupada com a posição do Estado nas estatísticas educacionais, nas provas de avaliação em larga escala, e tudo isso, novamente, coloca o trabalho docente na subordinação destes objetivos alienados em relação à formação humana.

Pode-se dizer também que há este processo de privatização no projeto educativo ao determinar como horizonte formativo as subjetividades adaptadas para a vida em uma sociedade em crise. Eu chamo, juntamente com outros autores que me inspiram, de cosmopolitismo ao tipo humano que se procura formar, e que corresponde ao tipo humano que busca pela sua própria iniciativa saídas para as crises (crises que são colocadas como questão pessoal, não do sistema), e que também atribui a si mesmo a responsabilidade pela sua vida, pessoal e no trabalho, além de ser aquele que busca a “resolução de problemas”, que é outro mote fundamental das reformas educacionais. Também o tipo humano que se busca formar é o ser performativo, que é aquele que, além do que foi dito sobre o cosmopolita, se destaca por ser aquele que naturaliza a competição entre os indivíduos por melhores lugares na “selva” da sociedade em crise, e que também naturaliza a hierarquia entre os “competidores”. Ambos, cosmopolita e performático, são tipos humanos que naturalizam a crise, naturalizam a ideia de que nem todos tem lugar ao sol, que naturalizam o sucesso e o fracasso.

Podemos dizer que o tipo empreendedor é o tipo mais famoso da subjetividade a ser formada segundo os preceitos da ideologia burguesa para a educação. É, como se pode ver, uma alternativa em concordância com a ideologia funcionalista, e que, como tal, reforça as bases deste tipo de sociedade. Claro que este tipo de pensamento sobre a formação humana é uma reação conservadora a um mundo do trabalho cada vez mais precarizado.

Não se pode esquecer que tal ideologia é reforçada por instituições sociais tão importantes quanto as igrejas, e a ascensão da “teologia da prosperidade” não é algo alheio a este movimento aqui citado. Também os meios de comunicação ajudam neste processo, ao martelar cotidianamente valores cosmopolitas do empreendedorismo, e do comodismo social. A ideia do “cidadão de bem”, dos “valores da família tradicional” reforçados pelos movimentos conservadores que perderam a vergonha de sair do armário atualmente, são condizentes com este processo.

Partindo para uma análise concreta, e sendo sucinto pois escrevi sobre isso em várias ocasiões, falarei de como esta ideologia aparece na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, especialmente por meio das 10 competências. Sem poder entrar em pormenores, convido-os a analisarem estas competências presentes na Resolução n. 2/2017. A meu juízo, das 10 competências, pelo menos 8 delas são dirigidas à formação do cosmopolita e do performático. As competências, na BNCC, são igualadas aos direitos de aprendizagem do PNE. No entanto, é o foco desta e das reformas burguesas em geral justamente o esvaziamento dos conteúdos escolares, em sentido estrito, ou seja, de negar o acesso aos conteúdos clássicos, e, como consequência, no sentido da formação humana omnilateral, que nunca foi e será o objetivo da educação burguesa.

Fazendo isso, a ideologia burguesa e BNCC em particular, reduzem a formação humana à unilateralidade da adaptação ao sistema capitalista, ao trabalho cada vez mais precarizado e à obediência social, inculcando mecanismos de autocontrole e de discriminação (o “eu”, cosmopolita e performático, e os “outros” que estão fora desta definição).

Privatização e desmonte da educação

Tudo isso que até aqui foi tratado está em concordância com a prática política nas políticas educacionais, tanto em nível federal quanto no Estado do Paraná. O que em geral se vê é que estamos em um período governado por grupos privatistas diretamente implicados em realizar processos de privatização e precarização incisivos como nunca antes. Digo “incisivos como nunca antes” porque não posso dizer que isso nunca ocorreu, haja visto que o avanço empresarial se deu justamente nos governos democrático-populares (vide o “Todos pela Educação”). A incisividade, no entanto, é algo novo no atual contexto.

Os ataques de Weitraub a todos da educação é algo inacreditável. Não preciso aqui repetir nada do que ele disse, inclusive porque não quero dar palco a este sujeito desqualificado. No entanto, por trás de sua postura inominável, o que está ocorrendo é o avanço de projetos privatistas, como o Educação em Prática, FUTURE-SE, Novos Caminhos e outros. E é também um ministério preocupado com a pauta conservadora nos costumes, embora seja coerente com o neoliberalismo no campo econômico e formativo.

Também vivemos sob a égide da PEC da Morte, que reduziu verbas para a educação, o que tem trazido prejuízos enormes para a educação brasileira. A incompetência do Ministério da Educação vai inclusive no sentido de não conseguir gerir o orçamento da pasta. Houve em 2019 a não execução de 68% para o Programa Nacional do Livro Didático; 52% do orçamento previsto para o PDDE entre outras inações e irresponsabilidades. Houve também a redução de 13% para o PROINFÂNCIA, além de redução de verbas para a pós-graduação, além da descontinuidade na gestão de órgão tão importantes quanto o FNDE, INEP e CAPES.

Vimos há pouco a contratação de empresa com problemas jurídicos para a compra de kit escolar demonstra que não é de verdade a luta contra a corrupção, que aliás grassa neste governo. Vimos também a ideia de “limpar os livros didáticos” do que chama de ideologia comunista. Ataques vis a Paulo Freire são típicos deste tipo de gestão. E, segundo sua própria voz, o ministro disse: “Estou no ministério para defender a classe média”.

No Paraná vivemos sob a égide de uma SEED alinhada com o projeto privatista do governo federal. Renato Feder se diferencia, no entanto, de Weintraub, por ser mais direto no que acredita: é um sujeito que vem do

empresariado e pensa exatamente como empresário, e que é radical em seu pensamento: é necessário privatizar tudo, inclusive todas as escolas. Isso para desinchar o Estado, tido por ele como um “elefante”, pesado e ineficiente. Não é o caso de repetir aqui o que consta em seu livro “Carregando o Elefante”, que todos devem conhecer.

A saída seria o pagamento de vouchers educacionais, para que as famílias escolhessem a escola de seus filhos, o que é bom dizer, está em conformidade com a ideologia conservadora, que tem uma de suas bases a negação do republicanismo da escola pública estatal. Mas isso é outra história.

No entanto, tal como FHC, Feder nos disse para esquecer o que ele escreveu. Mas, mesmo que não possa fazer tudo o que acredita imediatamente, na prática vem privatizando a educação paranaense ao chamar, logo no início de sua gestão, a Fundação Lemann para auxiliar na gestão e formação de professores, como vocês bem sabem.

Não se pode esquecer que é parte deste movimento a dominação burocrática que se impõe ao cotidiano das escolas, como vocês sabem. O objetivo é secundarizar o que é mais importante, que é a mediação pedagógica.

Assim, há uma perfeita sintonia entre os fundamentos funcionalistas do pensamento empresarial, e as práticas de gestão da educação brasileira. Não nos deixemos iludir pelo absurdo do dia que vem de Brasília. No fundo o que está ocorrendo é uma página das lutas de classes na educação, e o projeto burguês encontrou terreno fértil neste governo atual, federal e paranaense.

As alternativas de resistência necessitam, em primeiro lugar, a consciência destes fundamentos. Exigem também a solidariedade de classe, o que exige também a consciência de que somos, educadores, seres da classe trabalhadora. Não tem receita pra isso, mas sigamos juntos e juntas, tendo no horizonte a máxima freireana:

Às vezes parece difícil ter esperança em momentos difíceis da história, mas é exatamente nestes momentos que a esperança faz falta [...] Há que se ter esperança vivendo, há que ser uma esperança militante. Preciso

militar enquanto espero para que minha espera enquanto militante me dê esperança de ter um futuro diferente. Os tempos de crise são exatamente os tempos em que temos de estar esperançosos [...] jamais me permiti não ter esperança, porque a morte da esperança, em muitos sentidos, é a nossa própria morte! (Paulo Freire. Pedagogia da Tolerância)